



**II Congresso Internacional
sobre
Património Industrial**

2014
22 - 24 Maio

**PATRIMÓNIO, MUSEUS E TURISMO INDUSTRIAL:
UMA OPORTUNIDADE PARA O SÉCULO XXI**

A CASA DA MOEDA DO PORTO ENTRE OS SÉCULOS XIV E XVIII.
TÉCNICAS E ORGANIZAÇÃO LABORAL PRÉ E PROTO-INDUSTRIAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO
MONETÁRIA PORTUENSE (PORTUGAL)

Oporto's MINT THROUGH THE 14TH TO THE 18TH CENTURIES
PRE AND PROTO-INDUSTRIAL TECHNOLOGY AND WORK ORGANIZATION IN THE CONTEXT OF
Oporto's (PORTUGAL) MINT PRODUCTION

Mário Bruno Pastor
CITAR / Escola das Artes - UCP

RESUMO

A Casa da Moeda do Porto foi uma instituição chave da coroa no Norte do país. Exercendo sobretudo um papel de afirmação do poder central. Laborou entre o final do século XIV e 1721, com um período de suspensão entre 1607 e 1688.

As escavações arqueológicas na Casa do Infante, sobretudo a partir de 1990, vieram trazer à superfície um conjunto de estruturas e materiais relacionados com a produção monetária portuense, permitindo fazer uma nova abordagem sobre o trabalho naquelas oficinas, dando a conhecer um pouco de um universo de organização proto-industrial ainda pouco conhecido no nosso país.

Palavras-chave: Porto; casa da moeda; cunhagem monetária; proto-industrial.

ABSTRACT

Oporto's Mint, in the royal infrastructures in the Ribeira was a government key institution in all the North of Portugal. It played a major role in the dynamization process of central monarchy power, in Lisbon, between the late 14th century, until 1721 [it was suspended between 1607 to 1688].

124 Archeological excavations in Casa do Infante revealed an important set of structures and materials related with the mint production, bringing to our days a new insight vision of the techniques and the social organization of the Mint, revealing a not so known proto-industrial universe in Portugal.

Keywords: Oporto; mint; coin production; proto-industrial.

INTRODUÇÃO - AS CASAS DA MOEDA ENQUANTO OBJECTO INDUSTRIAL

O estudo e a consideração da produção monetária ao longo dos séculos, mesmo quando ocorrida em contextos históricos pré-industriais, permite-nos verificar que se trata de uma actividade com algumas características muito especiais: em primeiro lugar, trata-se, por via da regra, de uma produção exclusiva de algum tipo de autoridade política (normalmente uma autoridade nacional ou, em alguns contextos internacionais, feudal); em segundo lugar, o grande volume de produção implica quase sempre um tipo de organização do trabalho bastante diferente da oficina manufactureira tradicional.

Assim, aliando um poder organizacional de excepção, como é o poder estatal [de referir que, no caso português, apenas os monarcas tinham o direito de cunhagem exclusiva, ainda que o pudessem concessionar (Marques, 1996: 134)], com a necessidade de produção repetitiva e em grande escala de um bem transaccionável, como são as moedas, podemos observar que, desde muito cedo, a produção de moeda se revestiu de características de produção em série, com uma organização de trabalho muito rigorosa e compartimentada, que se nos afigura bastante análoga com as contemporâneas linhas de montagem da indústria mecanizada.

Estas analogias, produção em série e organização meticulosa do trabalho, permitem-nos propor a visão das oficinas monetárias medievais e modernas numa óptica de contexto pré e proto-industrial, reposicionando a sua compreensão num espaço relacionado com o restante património industrial, contemporizando o alargamento de âmbito cronológico que a Carta de Nizhny Tagil propõe logo no primeiro ponto de definição de Património Industrial (Cordeiro, 2009: 79-80).

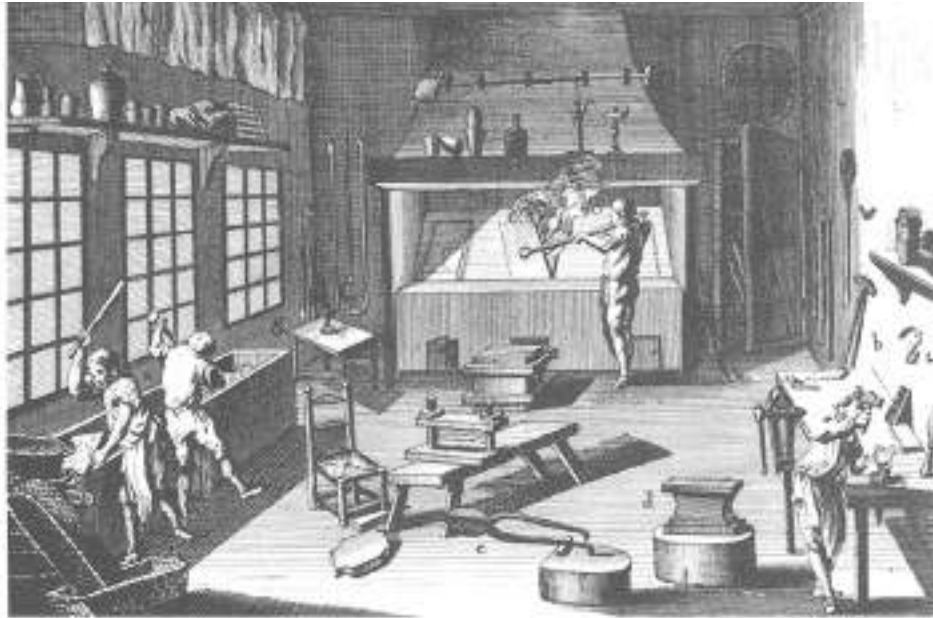


Fig. 1 - Interior de uma oficina monetária no século XVIII, in Encyclopédie de Diderot e d'Alembert, 1759.

Deste modo, poderemos considerar que as tecnologias de cunhagem manual no Porto, que prevaleceram entre 1369 e meados do século XVII, serão abordadas num enquadramento de pré-industrialização, enquanto a cunhagem mecânica portuense, operada entre 1688 e 1721 será já de natureza proto-industrial.

CASAS DA MOEDA PORTUGUESAS

Ainda que a afirmação de soberania política de D. Afonso Henriques tivesse contemplado, pelo menos desde os meados do século XII, a emissão de moeda própria (Marques, 1996: 52), não é claro ainda o local onde essas emissões terão sido produzidas. A tradição historiográfica de localização da primeira casa da moeda do Portugal independente ter sido em Braga (Vaz, 1960:98-104) não recolhe confirmação material, nem em termos de recolha de espécimes bracarenses inequívocos, nem tampouco em termos de localização histórica e arqueológica das oficinas.

Por outro lado, Coimbra, nomeadamente no Mosteiro de Santa Cruz (Gambetta, 1978: 252), tem sido apontada como o local da primeira oficina monetária portuguesa.

Na verdade, são conhecidos alguns escassos dinheiros (espécime monetário típico da Baixa Idade Média) do século XII, batidos em nome de Afonso Henriques, com as marcas CO, interpretadas como sendo o acrónimo de Coimbra (Vaz, 1960: 190).

Com efeito, terá sido em Coimbra, pelo menos até meados da centúria seguinte, que os primeiros reis de Portugal terão mandando cunhar o seu dinheiro, tendo D. Afonso III, em meados do século XIII, fixado uma nova casa da moeda portuguesa em Lisboa, em simultâneo com a de Coimbra (Dordio, 2001: 116) onde, aliás, aparece já referenciada como sendo nessa cidade em documentação da chancelaria de D. Afonso IV, ao que tudo indica, nas instalações, ou pelo menos no mesmo complexo, da Universidade Portuguesa (Gambetta, 1978: 259).

Contudo, fora necessário chegarmos ao reinado de D. Fernando, mais concretamente no final da década de 1360 (Marques, 1978: 29), para termos informação mais precisa sobre a abertura de outras casas da moeda em Portugal, para além da de Lisboa, nomeadamente as casas da moeda do Porto e de Miranda do Douro, bem como outras casas da moeda, por seu turno provisórias, possivelmente itinerantes, em territórios além-fronteiras, como a de Tui, a da Corunha, Quiroga, Valência de Alcântara ou a de Zamora, todas elas abertas, mas também encerradas, no contexto da Primeira Guerra Fernandina (Marques, 1978: 222). Neste período, enceta-se a tradição de assinalar sistematicamente as casas de moeda com as iniciais da cidade onde foram cunhadas, também designadas por letras monetárias, sendo L correspondente a Lisboa, P ao Porto, Ç a Zamora, M a Miranda do Douro etc. Com efeito, terá sido precisamente a economia de guerra e a necessidade de reivindicação jurisdicional sobre os territórios recém conquistados os principais factores que terão conduzido à abertura de novas casas da moeda da coroa portuguesa.

Destas casas da moeda, dentro e fora de fronteiras, apenas a de Lisboa, a do Porto e a de Miranda do Douro sobreviveram à Paz de Alcoutim, em 1371 (Marques, 1978, 224), tendo a Moeda de Miranda do Douro encerrado pouco depois, em 1372, para não mais reabrir, pelo que no final do reinado de D. Fernando restariam apenas a Casa da Moeda de Lisboa e a Casa da Moeda do Porto, formando, grosso modo, o eixo de produção monetária

portuguesa tradicional.

Deste eixo, a Casa da Moeda do Porto laborou (ainda que interruptamente) até 1721. A Casa da Moeda de Lisboa, mudando de instalações pelo menos três vezes, continua, nos dias de hoje, a laborar.

Durante a crise de sucessão de 1383/85, João I de Castela terá cunhado, efemeramente e em nome da jovem rainha D. Beatriz, sua esposa, escassos espécimes monetários em Santarém, com as letras S-A [Marques, 1996: 111].



Fig. 2 - Real de D. Beatriz com as armas de Portugal e Castela, cunhado em Santarém, em 1383 (ampliação 2x).
Col. do Banco de Portugal.

Nos alvares da nova dinastia, D. João I ainda mandou abrir uma nova casa da moeda, desta feita em Évora, em 1385 [Ferro, 1977: 103-104]. Contudo, a sua laboração não foi longa, tendo encerrado logo em 1398. Dois séculos e meio depois, aquando da Guerra da Restauração, D. João IV reabriu, também por pouco tempo, a Casa da Moeda de Évora, pelo menos até ao início do reinado de D. Afonso VI [Aragão, 1964: 68].

Entretanto, por concessão régia de D. João III, de 1525, é aberta uma casa da moeda em Beja [Gambetta, 1978: 237], que terá laborado por um curto espaço de tempo, até cerca de 1550.

126 Podemos sintetizar a distribuição das primeiras casas da moeda portuguesas da seguinte forma:

- Braga – existência não confirmada nos primeiros anos do reinado de Afonso Henriques;
- Coimbra – com confirmação documental e numismática de finais do século XII até meados do século XIII;
- Lisboa – confirmada, em local incerto, a partir do reinado de D. Afonso III; terá laborado no mesmo espaço até 1720, data da abertura das instalações da Rua de São Paulo, e depois de 1941 até aos nossos dias, nas actuais instalações, junto ao Arco do Cego.
- Porto – do início do reinado de D. Fernando até 1721, sempre na Ribeira;
- Miranda do Douro – entre 1369 e 1372;
- Corunha, Quiroga, Tui, Zamora e Valência de Alcântara – entre 1369 e 1371 (Tratado de Alcoutim);
- Santarém – produção muito efémera em 1383;
- Évora – 1385-1398 e 1641 até cerca de 1655;
- Beja – concessão de 1525 até cerca de 1550;
- Casas da moeda ultramarinas – Ceuta (Norte de África); Goa, Malaca, Diu e Baçaim (Índia); Minas Gerais, Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro (Brasil).

Infelizmente, de todo este elenco de casas da moeda portuguesas, só conhecemos a localização exacta das estruturas do Porto e, apenas desde o Verão de 2012, de Beja (esta oficina encontra-se sob fase de estudo arqueológico recente, ainda sem resultados publicados); as estruturas de Lisboa anteriores a 1720 não foram ainda localizadas. Em termos ultramarinos, conhece-se apenas a Casa da Moeda do Rio de Janeiro [Vaz, 1986: 38].

Assim, dada a escassez de informação material sobre as casas da moeda portuguesas, nomeadamente medievais e modernas, compreendemos agora um pouco melhor a relevância arqueológica e patrimonial da Casa da Moeda do Porto: com efeito, é a única casa da moeda medieval e moderna que conhecemos no nosso país.

A CASA DA MOEDA DO PORTO

Como referimos, a Casa da Moeda do Porto remonta aos primeiros anos do reinado de D. Fernando. O primeiro documento que refere a existência de uma oficina monetária na cidade do Porto é a Carta de Privilégios do alcaide, moedeiros e oficiais da Casa da Moeda do Porto, outorgada em Março de 1370 [Real, 1989: 83].

Não existem quaisquer provas, documentais ou arqueológicas que possam confirmar uma casa da moeda portu-

ense anterior ao reinado de D. Fernando.

O enquadramento político e económico do final da década de 1360 ajuda-nos a compreender melhor as razões que terão levado à abertura da Moeda do Porto.

D. Fernando sucedera a seu pai, D. Pedro I, num contexto de abundância financeira, contudo, Portugal fora dizimado pela Peste Negra e estava rodeado pela guerra, não só a Guerra dos Cem Anos, mas sobretudo pela instabilidade política que opunha os sucessores de Afonso XI de Castela: Pedro I, o Cruel e o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara.

Se, por um lado, D. Pedro I de Portugal conseguira manter uma política de neutralidade que o afastou de Leão e Castela (Pidal, 1993: 106), a situação política, logo no início de 1367, afigurava-se bem mais grave do que nos anos anteriores. As tensões entre Pedro I de Castela e Henrique de Trastâmara haviam subido de tom em Novembro de 1366. Em Janeiro de 1367, Pedro de Leão e Castela reunia um exército para afrontar o meio-irmão usurpador. É precisamente nessa altura que D. Fernando ordena o recenseamento da população masculina para o serviço militar, a reparação de castelos e cercas, e a provisão de armas (Marques, 1978: 11).

Estas medidas do rei reflectem uma observação cuidada da situação instável do outro lado da fronteira. Como tal, a consciência política e o desenho estratégico de D. Fernando poderão estar na origem da formação de uma casa da moeda no Porto. A diversificação da produção monetária no reino, nomeadamente no Porto, seria um princípio inteligente para assegurar o fluxo monetário em Portugal, no caso de uma invasão estrangeira, ou mesmo poderia ser até pensada como forma de aumentar a produção de moeda para preparar não só a defesa, mas também um eventual ataque.

Deste modo, afigura-nos razoável sugerir que a abertura da Casa da Moeda do Porto poderá ter sido pensada por D. Fernando ainda em 1367, integrada num contexto de preparação para a guerra iminente que se poderia já adivinhar no horizonte.

Até ao final do reinado de D. Fernando (1383), a Moeda do Porto terá continuado a laborar regularmente, tanto durante os períodos de guerra, como nos de paz.

No decurso da Crise de 1383/85 e na sequência do apoio da cidade ao Mestre de Avis, a Moeda do Porto terá produzido alguns exemplares de novo numerário, nomeadamente o real batido por D. João enquanto Regedor e Defensor do Reino, entre Dezembro 1383 e o primeiro trimestre de 1384 (Marques, 1996: 108). Destes espécimes, apenas se conhece um batido no Porto.

Após a coroação, a política monetária do novo monarca não foi muito diferente da do seu meio-irmão. As casas da moeda, nomeadamente a Casa da Moeda do Porto, terão sido a base dos projectos joaninos. A carta de confirmação dos privilégios dos moedeiros do Porto é logo de 1385 (Lopes, Argüello, Dordio e Teixeira, 2000: 58), de 5 de Maio. Se tivermos em conta que as Cortes de Coimbra são de 6 de Abril, a confirmação dos privilégios dos moedeiros do Porto será uma das primeiras iniciativas reais de D. João.

O ano de 1386 é um ano particularmente interessante para a Moeda do Porto. Em Maio desse ano, concretamente no dia 9, D. João I assina o Tratado de Windsor com a Inglaterra e o contrato de matrimónio com D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante (John of Gant), o célebre duque de Lencastre, filho de Eduardo III.

O Duque de Lencastre, por questões dinásticas matrimoniais, assumira pessoalmente o título de rei de Castela e Leão, em 1372. Ainda que durante anos tenha sido apenas um título nominativo. Em 1386, depois de firmado o pacto com D. João I, João de Gante decide reclamar o trono castelhano pela conquista militar. Assim, em Julho de 1386, saindo de Plymouth, a armada do Lencastre navega para a Corunha, para se reunir com as naus portuguesas que, entretanto, D. João I havia mandado sair de Lisboa para o Porto. João de Gante e a armada portuguesa conseguiram conquistar e pilhar a Corunha.

Este episódio isolado da velha contenda entre Inglaterra e Castela tem uma importância curiosa para a Moeda do Porto, visto esta pequena informação deixada por Fernão Lopes, a propósito do regresso das naus da Corunha para o Porto:

“E em hũa (nau) vinha todo o thesouro do Duque, o quoall trazia pera fazer moeda de que fizese pagamemto aos seus, asy como o fez depois em Galiza e naquella çidade do Porto, qua lavrou reais de prata.” (Lopes, 1990: 214). Estamos perante a indicação que as moedas de João de Gante terão sido batidas na Moeda do Porto.



Fig. 3 - Meio-real de prata cunhado no Porto pelo Duque de Lencastre (ampliação 2x).
Cortesia de Mercedes Jover Hernandes (Col. do Museu de Navarra).

Existe um pequeno meio-real, localizado em 1955 no Museu de Navarra, com as iniciais IL (*Ioannes Lancastriae*) coroadas e com a letra P no reverso. A proximidade tipológica deste meio-real com os seus congéneres de D. Fernando, a presença da letra monetária P no reverso, aliada à passagem supracitada de Fernão Lopes, indicam-nos que podemos estar defronte de uma das moedas que João de Gante cunhou no Porto, para a sua conquista castelhana.

Ainda durante o reinado de D. João I, durante a preparação da armada de Ceuta, a Casa da Moeda do Porto terá desempenhado um importante papel no financiamento da expedição.

Durante os reinados de D. Afonso V e D. João II, a moeda do Porto iria conhecer o seu período de maior desenvolvimento e de “*notável esplendor artístico*” (Reis, 1952: 213). Este desenvolvimento a partir do início da década de 1440 relaciona-se, naturalmente, com toda a conjuntura nacional que o reino viveu nas décadas de ouro do século XV.

O cruzado de ouro de D. Afonso V, cunhado em Lisboa e no Porto a partir de 1457, é um bom exemplo da arte numismática deste período.

Ainda no reinado de D. Afonso V, durante as invasões castelhanas, entre 1475 e 1479, a Casa da Moeda do Porto também terá cunhado moeda de cariz bélico, com as armas de Portugal, numa das faces, e de Leão e Castela, na outra (Marques, 1996: 131-132).

Antes do final do século XV, a Moeda do Porto teria ainda o privilégio de alinhar nas cunhagens dos justos de ouro, em nome de D. João II (Ferro, 1981-83: 26), os justos eram grandes moedas de ouro, destinadas sobretudo ao comércio internacional.



Fig. 4 - Justo em ouro de D. João II (ampliação 2x) encontrado nas escavações da Casa do Infante. CMP/AHMP.

Os espécimes manuelinos do Porto são escassos, resumindo-se a pouco numerário em prata e cobre.



Fig. 5 - Vintém de prata (20 reais) de D. Manuel I cunhado no Porto (ampliação 2x). Col. particular.

Situação um pouco diferente terá ocorrido nos primeiros anos do reinado de D. João III, quando, por carta régia de 20 de Maio de 1537, o rei contacta Diogo Leite, tesoureiro da Moeda do Porto, para que reinicie a cunhagem de moeda de ouro (Aragão, 1964: 267).

As razões do regresso da cunhagem de ouro ao Porto prendem-se com a chegada de ouro americano, comprado a mercadores castelhanos que regressavam da América do Sul, subentende-se que da conquista do Império Inca, fazendo escala nos Açores:

“Dioguo leite eu elRey vos envio muito saudar vy a carta que me escrevestes em que dizeis que a esa cidade do porto vem ter muyto ouro que trazem os mercadores desa comarqua damtre douro e minho, que compram nas ilhas aos castelhanos que vem de peru e o traziam a moeda desa cidade pera lho laurarem em cruzados [...]” (apud Aragão, 1964: 397).

Tendo em conta as referências que nos são indicadas pela carta de D. João III ao tesoureiro da Moeda do Porto, podemos conjecturar que esse ouro vindo do Peru poderá ter feito parte do fruto do resgate de Atahualpa, em 1533.

A ausência praticamente total de emissões portuenses posteriores à Lei de 1558 e a uma carta régia de 1559, leva-nos a sugerir que a casa da moeda portuense terá suspenso a actividade ainda em meados do século XVI, possivelmente ainda nos finais da década de 1560, durante as regências em nome de D. Sebastião. Assim, as cunhagens portuenses terão cessado antes de 1570, independentemente dos moedeiros continuarem ao serviço da Moeda, mantendo privilégios e disponibilidade.

Referências documentais à laboração da Moeda do Porto em 1587 (Real, 1989: 13), em pleno reinado de Filipe II (I de Portugal), não podem dizer respeito à produção de moeda, prendendo-se, provavelmente a outras actividades metalúrgicas, talvez relacionadas com afinações de metal precioso para a produção de lingotes.

A ausência de laboração durante praticamente toda a segunda metade do século XVI poderá justificaria o encerramento da Casa da Moeda em 1607, por Filipe III (II de Portugal) (Reis, 1952: 213).

Os primeiros 240 anos de laboração da Moeda do Porto chegavam assim a um termo.

129

A segunda fase de laboração da Casa da Moeda do Porto prende-se com as alterações políticas resultantes da restauração da independência nacional, a 1 de Dezembro de 1640.

Com efeito, logo nos primeiros tempos da Guerra da Restauração, o novo governo de D. João IV necessitou de financiar as várias despesas da guerra que determinaria o sucesso, ou não, da separação ibérica. Assim, nos inícios de Fevereiro de 1642, um regimento real ordenou a abertura de várias casas de cunho em todo o reino (para contramarcação de moedas em metal precioso, com fim a revalorizá-las). É neste contexto, que ressurgiu a Casa da Moeda do Porto (Silva, 1990: 68).

No entanto, a nova Moeda do Porto não foi instalada na Ribeira, no espaço tradicional de cunhagem da cidade. A nova Moeda foi instalada, por questões de segurança, nos pisos baixos da torre do Paço da Relação, junto à Sé, no edifício que abrigava os Paços do Concelho e a cadeia municipal, com porta para a Rua de São Sebastião.

Nestes primeiros momentos da segunda fase de laboração da Moeda do Porto, a partir de Março de 1642, não houve cunhagem propriamente dita, mas sim marcação de moeda, nomeadamente a prata. Os ferros de contramarcação, com os punções com os novos valores, não foram produzidos no Porto, mas sim em Lisboa, de onde vieram, cerrados num caixão de três chaves.

Em Junho de 1643, a laboração passou a incluir a cunhagem propriamente dita, embora aparentemente se mantivesse ainda nos Paços do Concelho.

A partir de 1677, o grande plano de reestruturação do complexo régio da Ribeira, na actual Casa do Infante, viria a redesenhar também a Casa da Moeda do Porto.

Com efeito, as grandes obras implicaram o arrasamento quase completo da velha estrutura ainda de feição medieval, para dar lugar ao complexo moderno. Foi nesse contexto que, em 1688, já no reinado de D. Pedro II, a Casa do Moeda do Porto viria a reabrir, agora com equipamentos totalmente mecanizados, nomeadamente o moderno balancé de cunhagem, ajustado à produção das novas moedas do reino.



Fig. 6 - Balancé de cunhagem mecânica, in *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert, 1759.



Fig. 7 - Vintém de cunhagem mecânica de D. Pedro II, emissão portuense (ampliação 2x). Col. particular.

130

Contudo, a centralização absolutista do poder e a abertura da nova Casa da Moeda de Lisboa, no início da década de 1720, determinou o encerramento da Moeda do Porto, por Decreto de 12 de Setembro de 1721.

Daqui em diante, não haveria mais moeda portuense cunhada no complexo régio da Ribeira, junto à Alfândega. Apenas e esporadicamente na primeira metade do século XIX, no contexto das guerras civis pré-Regeneração, mais concretamente durante o Cerco de 1833 e a Patuleia, em 1847, se cunharam alguns bronzes no Porto, no Convento dos Lóios e no Convento de Monchique, respectivamente.

LOCALIZAÇÃO

Como temos vindo a referir, a Casa da Moeda do Porto esteve sempre instalada no complexo administrativo real da Ribeira, exceptuando o curto período entre 1642 e 1657, que terá laborado nos Paços do Concelho, junto à Sé. Estas instalações da coroa englobavam, além da Moeda, a Alfândega e a Contadoria Régia, concentrando assim vários dos serviços administrativos do poder central, situação que, aliás, implicou, quase permanentemente, um clima de conflito entre a coroa e o poder portuense, primeiro o poder episcopal, depois o poder municipal.

O complexo da coroa fora gizado ainda por D. Afonso IV, logo em 1325, no mesmo contexto de construção da muralha gótica da cidade.

Os serviços alfandegários dos desembarques no Douro eram efectuados em Vila Nova. De forma a evitar esta situação e arrecadar rendimentos alfandegários no Porto, D. Afonso IV empreende a compra de uma data de hortas e pardieiros na margem direita do Rio de Vila, para aí construir os edifícios dos seus armazéns (Sousa, 2004: 2). As obras terão prosseguido com eficiência, pelo que cerca de 20 anos depois, já os edifícios estariam completos, nomeadamente as torres Norte e Sul, e o pátio central murado. O mestre responsável pela obra seria João Eanes Melacho (Sousa, 2004: 138).

De referir que, ainda na primeira metade do século XIV, a área envolvente do novo edifício, a Rua da Fonte Taurina, a Sul, e, possivelmente, o pátio de acesso, a Poente, seria junto à já desaparecida capela de Santo Elói (Magalhães,

1963: 205), localizada sensivelmente sob a actual igreja de São Nicolau. Seria aqui o centro nevrálgico da Confraria dos Ourives da Prata (Santo Elói é o padroeiro dos ourives), onde as suas oficinas laborariam. Ao mesmo tempo, a Rua da Fonte Taurina poderá ter ido buscar o seu nome por corruptela a alguma referência antiga de fonte aurina, ou seja, relacionada com o ofício dos ourives do ouro, que não completariam a Confraria de Santo Elói. São ainda de referir as alusões à ferraria de São Nicolau, na mesma área.

Por seu turno, a rua da cidade, ainda entre-muros, que descia de Belomonte (do Padrão de Belomonte, sensivelmente onde está hoje o Tribunal de São João Novo) até ao rio, era a Rua da Ferraria (actual Rua do Comércio do Porto), terminando a escassos metros da mesma capela de Santo Elói.

Esta proximidade geográfica da Casa da Alfândega com as ruas dos oficiais da prata e do ouro, bem como dos ferreiros, poderá estar relacionada com a escolha em cerca de 1367-69, do local para a nova casa da moeda no Porto.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Numa primeira fase de laboração, a Moeda do Porto terá sido composta por um bairro e pátio murados a Norte, Sul e Este, e enquadrado a Oeste pelas estruturas das torres e porta da Alfândega (Barreira, Dordio e Teixeira, 1998: 145).

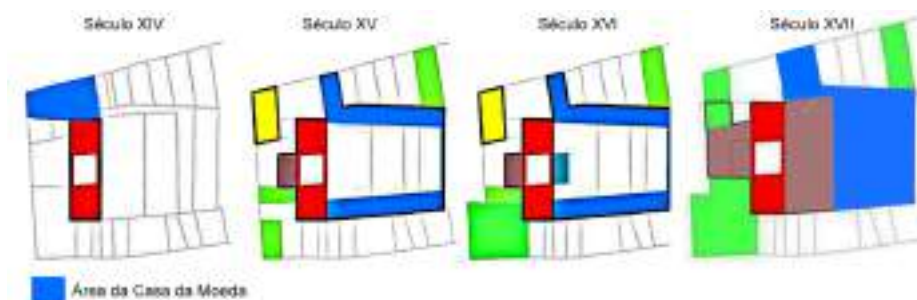


Fig. 8 - Evolução das áreas da Casa da Moeda ao longo dos séculos [CMP/AHMP].

No pátio e estruturas adjacentes funcionariam as várias actividades industriais ligadas à produção de moeda, bem como as áreas de residência dos moedeiros e famílias. 131

A abertura da Rua Nova, durante o reinado de D. João I, nos primeiros anos do século XIV, relaciona-se com um momento de reestruturação da Casa da Moeda do Porto. Assim, a entrada principal teria deixado de se localizar a Poente (pela porta da Alfândega), mas sim a Norte, pela mesma Rua Nova, actual Rua do Infante D. Henrique, onde ainda se encontra hoje em dia a porta com o brasão joanino, bem como uma entrada posterior, coroada com as armas de D. Pedro II, correspondendo à entrada da Casa da Moeda remodelada em 1688.

Em termos globais, sugerimos a existência de quatro portas de acesso à Moeda do Porto:

- 1) a porta principal, a Norte, pela Rua Nova;
- 2) uma pequena porta de serviço, a Noroeste;
- 3) portas extraordinárias de serviço (simultâneas com as portas da Alfândega), a Oeste;
- 4) pequena porta de serviços, a Oriente, utilizada para despejos de resíduos da Casa da Moeda.



Fig. 9 - Vista actual do edifício de entrada da Moeda do Porto, na Rua do Infante D. Henrique., local provável da Casa da Balança. À esquerda vemos o brasão da porta do século XIV e, à direita, a porta e o brasão de 1688 [CMP/AHMP].

No que concerne às zonas da fornaça (as salas de laminação, corte e cunho), todos os indícios apontam para que

tenha sido, desde sempre, localizada nas alas a Sul do edifício, sofrendo, no entanto, um alargamento durante o século XV.

Os fornos e o gabinete de ensaio localizar-se-iam nas secções mais a Nascente do complexo. Seria também nessa área que os discos das moedas eram branqueados.

A chamada Casa da Balança, gabinete de contagem e de administração por onde os metais entravam e saíam, neste caso, já amoedados (seria o equivalente ao balcão de emissão de moeda), teria uma entrada para o público e estaria localizada num espaço exterior às oficinas, possivelmente no mesmo edifício da Rua Nova que ainda hoje preserva as portas brasonadas da Moeda.

CORPO LABORAL

A gestão e o trabalho nas casas da moeda organizava-se em dois grandes grupos:

- 1) corpo administrativo, a que corresponderia a gestão, controlo e vigilância, os magistrados da Moeda;
- 2) corpo operacional ou técnico, a que corresponderia a produção.

O primeiro grupo teria à cabeça o Alcaide da Moeda, a autoridade máxima dentro da organização. Era ele quem articulava os serviços com a coroa (e mesmo com o município), geria as questões judiciais e de segurança da Moeda (Duarte, 2004: 515; Ferraz, 2008: 78-79), era ele também que armava os moedeiros (Gambetta, 1978: 39).

Em seguida, teríamos o Vedor, que inspeccionava os diferentes sectores e o resultado do trabalho. Também vela pelo cumprimento dos privilégios dos moedeiros.

Finalmente, o Tesoureiro, a quem competia a administração e gestão da Moeda, bem como a supervisão e contagem dos metais que davam entrada e das moedas que saíam.

O corpo operacional ou técnico era composto por diferentes oficiais, começando pelo Mestre da Balança, superior hierárquico dos restantes oficiais técnicos. Alguns dos célebres Mestres da Balança nas casas da moeda de Porto e Lisboa foram, respectivamente, Pêro Vaz de Caminha e Gil Vicente. As suas funções eram sobretudo as de controlo técnico e aferição dos pesos dos metais entrados e das moedas cunhadas.

Depois do *Mestre da Balança*, ainda que auferindo um vencimento maior (Gambetta, 1978: 146), estava o *Escrivão*, cuja principal responsabilidade era testemunhar e assentar nos livros as contagens da Balança e as que o Tesoureiro efectuava, bem como registar e copiar a legislação publicada.

O *Fundidor* e o *Ensaizador* eram outros oficiais da moeda.

Competia ao *Fundidor* a afinação da liga dos metais e a produção dos lingotes, usando para isso os fornos grandes, onde colocava os cadinhos, para depois, com a ajuda de auxiliares, vazar o metal líquido para os moldes, que normalmente eram dispostos sobre tinas ou fossas com água, para que os salpicos solidificassem de imediato, podendo ser facilmente recuperados (Murray, 2006: 114-115). O *Fundidor* recebia pela obra feita, mas também ficava, por regulamento, com o proveito da afinação dos metais (Gambetta, 1978: 148).

As mulheres dos *Fundidores* tinham os mesmos privilégios dos moedeiros. Tal como o dos guardas, o horário do *Fundidor* podia ser nocturno, o que ajuda a compreender ainda mais a exigência do seu ofício. João de Refojos, *fundidor* da Moeda do Porto em meados da década de 1440, é o protagonista de um dos mais interessantes casos de aposentação por doença laboral reconhecida pelos empregadores (Duarte, 2004: 517).

Por sua vez, o *Ensaizador* era o responsável pela afinação e ensaio dos lingotes (arriéis) que vinham da fundição. Era ele quem controlava o trabalho do *Fundidor*, trabalhando paredes contíguas com este. Competia também ao *Ensaizador* a afinação dos metais que entravam na moeda.

Era ainda o *Ensaizador*, normalmente o mais velho, quem abria os cunhos, seguindo os desenhos e modelos determinados pela coroa. O trabalho de abertura de cunhos era um trabalho de natureza técnica, mas também artística.

O *Abridor* gravava no ferro, a quente, os temas principais da moeda. A legenda e alguns outros elementos repetidos (coroas, as quinas etc.) eram abertos com punções de ferro temperado, algumas das vezes, os punções eram feitos a partir de reaproveitamento de velhos cravos, ou pregos. Entre os vários sinais que o *Abridor* gravava no cunho, estavam as marcas monetárias e sinais ocultos que poderiam servir como marcas de controlo de qualidade, para distinguir diferentes fornaças e lavramentos.

É curioso reflectir que este processo de abertura dos cunhos antecede difusão da tecnologia dos caracteres móveis de imprensa de Gutenberg.

Depois de fundidos, verificados e puncionados (no caso de serem de ouro ou prata), os arriéis (lingotes) seguiam para a fornaça. Aí laborava o corpo geral dos chamados moedeiros, eram eles os *Fornaceiros*, os *Salvadores*, os *Aperfeiçoadores*, os *Branqueadores* e os *Cunhadores*.



Fig.10 - Conjunto escultórico do século XIII, no pórtico da igreja de Santiago, em Carrión de los Condes, Palência, Espanha. Este grupo representa um grupo de moedeiros em laboração. *Da esquerda para a direita: um salvador, um cunhador, um aperfeiçoador e um branqueador* (fotografia do autor).

Os *Fornaceiros* eram os responsáveis pela laminação dos arriéis, martelando-os até se transformarem em finos lingotes. A etapa seguinte pertencia aos *Salvadores*, que recortavam os discos para a cunhagem.

Os *Aperfeiçoadores* colocavam os discos cortados entre as tenazes de um pequeno torquês e faziam pressão, para que os discos ficassem o mais lisos e uniformes possível.

A fase seguinte trata-se do primeiro branqueamento. Basicamente, os discos recortados e alisados eram cozinhados numa solução salina, de cloro, vinagre, mercúrio, entre outros ingredientes, muito lentamente, para remover qualquer resquício de carbono e potenciar o seu aspecto prateado, no caso dos bolhões. Regularmente o branqueador remexia os discos com um instrumento de madeira ou cobre, visto que o ferro mancharia os discos. Finalmente, após o primeiro branqueamento estar terminado, os discos eram entregues aos *Tesoureiros*, que os contavam e devolviam aos *Cunhadores* para a cunhagem propriamente dita.

Após a sessão de cunhagem, os *Cunhadores* entregavam as moedas ao Vedor, que as contava novamente e dispensava para um novo branqueamento e polimento, com farelo (Gambetta, 1978: 99). Por fim, estando as moedas finalmente prontas, eram contadas uma última vez pelo Tesoureiro, assentadas nos livros pelo *Escrivão*, verificadas pelo *Mestre da Balança* e guardadas numa arca com várias chaves.

O processo completava-se com a emissão da moeda, efectuada a partir da Casa do Conto, ou da Balança.

O *Porteiro* da Moeda e o *Meirinho* tinham também o estatuto de moedeiros, competiam-se-lhes as funções de vigilância e policiamento da Casa da Moeda. É possível até que tivesse existido um calabouço dentro do complexo (Ferraz, 2008: 86 e 96).

Outros operários, igualmente especializados, mas sem pertencerem ao regimento dos moedeiros, eram, por exemplo, o carpinteiro (no caso do Porto, tinha lugar permanente pelo menos desde 1430 (Ferraz, 2008: 83), os pedreiros e os ferreiros auxiliares.

PRIVILÉGIOS – OS MOEDEIROS COMO CLASSE À PARTE

Como vimos, no caso da cidade do Porto, o mais antigo regimento com os privilégios dos moedeiros é logo do reinado de D. Fernando, sendo reafirmado pouco depois por D. João I, já como rei da nova dinastia.

Os moedeiros zelaram sempre pela manutenção dos seus privilégios, que, em termos simplificados, eram os seguintes:

- a) isenção fiscal (inclusive de portagem);
- b) isenções de carácter militar;
- c) direito de preferência de residência (normalmente na própria Moeda, ou arredores);
- d) garantia de preservação de benesses;
- e) decisões judiciais de classe (o juiz era o Alcaide);

f) direito de posse de arma e cavalo.

De notar que os direitos da alínea f) só constaram a partir do regimento de 1487, mas tornaram-se, pouco depois, obrigatórios (Gambetta, 1978: 7).

É interessante constatar também que o juramento dos moedeiros, de acordo com o regimento de 1498, era feito pelo Alcaide dentro da fornaça, onde os moedeiros se sentavam nos seus mochos, com capacete e armas, mimetizando um pouco a tradição cavaleiresca.

Todos estes privilégios, bem como o ritual em torno do juramento, tornavam a profissão bastante desejada. Além dos artifices qualificados, como os ourives e ferreiros, que eram recrutados para a moeda (normalmente cristãos e judeus) ou os grandes mercadores, ou aristocratas, que eram integrados nos corpos administrativos, notamos que muitos dos homens que eram nomeados para trabalhar na Moeda, eram filhos de criados da nobreza, que iam para o Porto, com recomendação do amo, para a Moeda.

A ocupação, mesmo sendo protegida (Ferraz, 2008: 163), era bastante sazonal e não era particularmente bem remunerada, implicava, como vimos, vários problemas de saúde, mas era sobretudo um veículo de ascensão social. Tinha o atractivo dos privilégios, da especialidade, do luxo, eram uma espécie de artistas-fidalgos (Cordeiro, 1981-83: 354).

No caso portuense, mesmo depois do primeiro encerramento, em 1607, os moedeiros, ainda que inactivos, continuavam e continuaram a preservar os seus privilégios. Em 1619, aquando da visita de Filipe III (II de Portugal), os moedeiros do Porto incorporaram, com um carro alegórico, o cortejo de recepção ao rei (Silva, 1990: 56).

Com efeito, os privilégios dos velhos moedeiros só acabariam definitivamente um século depois da Moeda do Porto ter sido encerrada. Foi necessário a Revolução de 1820 (Cordeiro, 1981-83: 354), para que os ventos burgueses do liberalismo pusessem termo à velha classe dos nobres operários.

A Constituição de 1822 encerrava do seguinte modo os privilégios dos moedeiros:

«São perfeitamente inúteis os denominados moedeiros – e como tal se derrogam e suprimem todos os referidos privilégios.» [apud Cordeiro, 1981-83: 341].

CONCLUSÃO

Ainda que intercalado, o trabalho e a presença dos moedeiros do Porto perdurou durante cerca de 350 anos (três séculos e meio centrais da História do país e da cidade), acompanhando muito de perto, às vezes com protagonismo directo, os acontecimentos que moldaram a nossa identidade colectiva. O epicentro das actividades dos moedeiros foi, durante praticamente todo esse período, as oficinas monetárias da Casa do Infante, a *Moeda* do Porto.

Esse espaço representa uma amostragem única em Portugal do que terão sido as casas da moeda entre o final da Idade Média e o início do século XVIII, representando um vasto conjunto de tecnologias de produção que foram da cunhagem manual até à cunhagem mecanizada, sempre num contexto de rigorosa e surpreendente organização do trabalho, necessária, na verdade, para a produção em massa de material monetário.

O aproveitamento patrimonial da Casa da Moeda do Porto, dinamizando-o turisticamente, articulando-o com outras instituições da cidade (como o Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, por exemplo) parece-nos ser uma das formas sustentáveis de assegurar a preservação futura, bem como aprofundar e divulgar um melhor e maior conhecimento da Casa da Moeda do Porto.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 2.ª edição, 1964.
- BARREIRA, Paula, DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo. 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XIV a meados do séc. XVII. In DIOGO, João Manuel e ABRACÇOS, Helder Chilra. *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, 22 a 25 de março de 1995*. Tondela: CMT, 1998.
- BASTO, Artur de Magalhães. *Estudos Portuenses*. Porto: CMP, 1962-63.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. *O Património Industrial e as Novas Cartas Patrimoniais*. In *Arqueologia Industrial*. Museu da Indústria Têxtil e CMVNF. 4.ª Série, Vol.35 1 e 2 (2009), pp. 73-97.

- CORDEIRO, Valdemar. O universo privilegiado dos moedeiros. In *Actas do II Congresso Nacional de Numismática, Porto, 2,3, e 4 de Julho de 1982*, NVMMVS, 2.ª Série, IV/V/VI, Porto: 1981-1983, pp. 351-362.
- DORDIO, Paulo. Medieval and early modern portuguese mints: *locations and buildings*. In *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001
- DUARTE, Luís Miguel. *O moedeiro "enfermo dos peitos (uma doença profissional no Porto, em meados do séc. XV)*, in Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: FLUP, 2004.
- FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira. *A Casa da Moeda do Porto nos Finais da Idade Média*. Porto: dissertação de mestrado em História Medieval, FLUP, 2008
- FERRO, Maria José Pimenta. *Estudos de História Monetária Portuguesa*. Lisboa: 1977
- FERRO, Maria José Pimenta. *Subsídios para o estudo da história monetária do século XV*. in NVMMVS, 2.ª. Série, IV/V/VI, Porto: SPN, 1981-1983, pp. 9-59.
- GAMBETTA, Agostinho Ferreira. *História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978
- GOMES, Alberto e TRIGUEIROS, António Miguel. *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos (1385-1580)*. Lisboa: Edição de Autor, 1992.
- GOMES, Alberto – *Moedas Portuguesas e do Território que Hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 5.ª edição, 2007
- LOPES, Isabel Alexandra, MENÉNDEZ, Jorge Argüello, DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo. Excavaciones arqueológicas en la Casa de la Moneda de Oporto (sgs. XIV-XVI). In BARROCA, Mário, CUELLO, Antonio Malpica e REAL, Manuel (Coords.). *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica, Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. VII*. Porto: ADECAP, 2000, pp. 57-72
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: INCM, 2004.
- MARQUES, Mário Gomes. *Moedas de D. Fernando*. Lisboa: edição de autor, 1978
- MARQUES, Mário Gomes. *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Instituto de Sintra, 1996.
- MENÉNDEZ, Pedal. *Historia de España, Vol. XIV*, dir. FERNÁNDEZ, Luis Suárez y CAMPISTOL, Juan Reglá. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991.
- MURRAY FANTOM, Glenn Stephen, REINER, José María IZAGA e VALENCIA, Jorge Miguel Soler. *El Real Ingenio de la Moneda de Segovia, Maravilla tecnológica del siglo XVI*. Segovia: Ediciones del Umbral/Fundación Juanelo Turriano, 2006.
- PEREIRA, Isabel Sousa e REAL, Manuel Luís. *Moedas Portuguesas Cunhadas no Porto, na Coleção do Gabinete de Numismática*. Porto: Casa Tait, Divisão de Museus CMP, S/D [1989]
- PERES, Damião. *História Monetária de D. João III*. Lisboa: Academia da História, 1967
- PIDAL, Menéndez. *Historia de España*, dir. de Zamora, José María Jover, tomo XIV. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1993.
- REIS, Pedro Batalha. *Moedas de Toro, estudo das moedas d'El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa: 1933
- REIS, Pedro Batalha – *Cartilha da Numismática Portuguesa*. Lisboa, 1952
- SILVA, Francisco Ribeiro da: *A Casa da Moeda do Porto Durante a Restauração*. In: O Tripeiro. Série Nova, Ano IX, N.º 3, pp. 66-72, Porto, 1990.
- SOUSA, Alexandra Lage Dixo de. *Casa do Infante/Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte. Porto: FLUP, 2004.
- VAZ, J. Ferraro. *Numária Medieval Portuguesa, 1128-1383*, Tomos I e II. Lisboa: ed. de autor, 1960.
- VAZ, J. Ferraro. *A Moeda de Portugal no Mundo*. Braga: ed. de autor, 1986.

CURRICULO DO AUTOR

Mário Bruno Pastor

Licenciado em História, variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 Pós-graduado em História Contemporânea, especialização em Estruturas Económicas e Industrialização, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo como tema de estudo a indústria conserveira de Matosinhos e a condição operária dos conserveiros no período de transição entre a I República e a instauração do Estado Novo
 Mestre em Património e Turismo Cultural, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, com a apresentação de uma dissertação sobre a Casa da Moeda do Porto, entre os séculos XIV e XVIII. Doutorando em Estudos de Património na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Investigador do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes/Escola das Artes Universidade Católica Portuguesa

Contacto: mbrunopastor@gmail.com